



**Processo Seletivo para o Programa de Estágio da PRR/3ª Região - 2º Semestre/2010**  
**Prova A4**

**Nro. Inscrição:**

**Parte I – Prova Objetiva**

**1. Se o réu não contestar a ação:**

- a) não poderá intervir no processo, em qualquer fase, sendo este um dos efeitos da revelia.
- b) poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.
- c) só poderá intervir no processo antes do saneamento do feito.
- d) só poderá intervir no processo após a produção das provas pleiteadas pelo autor e desde que antes da prolação da sentença.

**2. Pelo princípio da persuasão racional do Juiz:**

- a) O Juiz pode formar livremente sua convicção mas não está vinculado à prova.
- b) O Juiz pode formar livremente sua convicção, mas não está desvinculado da prova e dos elementos existentes nos autos, não dependendo sua apreciação de critérios legais determinados a priori.
- c) O Juiz não pode dispensar provas requeridas pelas partes.
- d) O Juiz não precisa motivar a decisão que defere uma medida cautelar ou uma antecipação de tutela.

**3. O juiz poderá antecipar os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial desde que:**

- a) caracterizado o periculum in mora e o dano seja reparável.
- b) demonstrado o fumus boni iuris.
- c) existindo prova inequívoca, se convença da verosimilhança da alegação e haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.
- d) haja prova inequívoca e inverosimilhança da alegação.

**4. Indeferida a petição inicial, o autor poderá:**

- a) intentar nova ação, pois do despacho de indeferimento não cabe recurso.
- b) apelar, mas o juiz não poderá reformar a decisão, posto que não cabe o juízo de retratação no recurso de apelação.
- c) interpor agravo de instrumento junto ao tribunal competente.
- d) apelar, facultado ao juiz, no prazo de 48 horas, reformar sua decisão.

**5. Assinale a alternativa incorreta:**

- a) O princípio do juiz natural implica no entendimento de que só pode exercer a jurisdição aquele órgão a que a Constituição atribui o poder jurisdicional.

- b) O Juiz pode prestar a tutela jurisdicional, ainda que a parte ou o interessado não a tenha requerido.
- c) O direito compreende as atividades desenvolvidas pelo Estado, no exercício da jurisdição civil, contenciosa e voluntária.
- d) Jurisdição contenciosa é a função que o Estado desempenha na composição dos litígios.

**6. Não se constitui em vedação aos membros do Ministério Público:**

- a) exercer outra função pública, inclusive uma de magistério.
- b) exercer atividade político-partidária.
- c) participar de sociedade comercial, na forma da lei.
- d) exercer a advocacia.

**7. São garantias dos membros do Ministério Público:**

- a) vitaliciedade, inamovibilidade, irredutibilidade de subsídio.
- b) inamovibilidade, jurisdicionalidade, redutibilidade de subsídio.
- c) irredutibilidade de subsídio, inamovibilidade, legalidade.
- d) vitaliciedade, inamovibilidade, jurisdicionalidade.

**8. Não cabe ao Ministério Público, nos termos da Constituição da República de 1988:**

- a) a defesa da ordem jurídica.
- b) a defesa do regime democrático.
- c) defesa dos interesses privados.
- d) a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

**9. São princípios institucionais do Ministério Público, assinale a incorreta:**

- a) a unidade e a indivisibilidade.
- b) a indivisibilidade e a independência funcional.
- c) a unidade e a independência funcional.
- d) unidade e a interrelação ministerial.

**10. O Ministério Público da União não está composto pelo:**

- a) Ministério Público Federal.
- b) Ministério Público Militar.
- c) Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- d) Ministério Público dos Estados.

**11. Assinale a alternativa correta:**

- a) a ação civil pública constitui-se em um dos remédios constitucionais previstos no artigo 5º da Constituição da República de 1988.
- b) será concedido mandado de injunção quando a falta de norma regulamentadora impedir o exercício de direitos e liberdades constitucionais.



c) não será concedido mandado de segurança quando houver controvérsia sobre matéria de direito, pois ele deve ser impetrado para proteger direito líquido e certo.  
d) qualquer pessoa tem legitimidade para propor ação popular para anular ato lesivo à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

**12. A quem incumbe o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações:**

- a) família e às associações ambientais.
- b) ao Poder Público e à coletividade.
- c) apenas e tão somente ao Poder Executivo.
- d) ao Ministério do Meio Ambiente e às Secretarias Estaduais, Distrital e Municipais de Meio Ambiente

**13. Assinale a alternativa incorreta:**

- a) são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a probidade na administração e o cumprimento das leis e das decisões judiciais.
- b) o Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- c) enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito à prisão.
- d) nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República será submetido a julgamento se a acusação for admitida por dois terços dos membros do Senado Federal.

**14. A aprovação pelo Supremo Tribunal Federal de súmula, com efeito vinculante, obrigará:**

- a) apenas o Poder Judiciário.
- b) apenas a Administração Pública Direta.
- c) a Administração Pública direta e indireta, somente na esfera federal.
- d) os órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

**15. Não compete aos Municípios:**

- a) legislar sobre assuntos de interesse local.
- b) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- c) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- d) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

**16. Quanto às garantias dos magistrados, podemos afirmar que:**

- a) a vitaliciedade é adquirida após um ano de exercício, impedindo definitivamente que o juiz perca seu cargo.

b) a inamovibilidade do juiz pode ser afastada por motivo de interesse público, fundada em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada a ampla defesa.

c) a vitaliciedade é adquirida após dois anos de exercício, mas não impede que o juiz perca seu cargo por deliberação do tribunal a que estiver vinculado.

d) a inamovibilidade somente poderá ser afastada a pedido do próprio juiz, que deverá ser deferido por decisão por voto de dois terços do Conselho Nacional de Justiça.

**17. Não se inclui na competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal a edição de lei sobre:**

- a) trânsito e transporte.
- b) orçamento.
- c) direito tributário e financeiro.
- d) educação, cultura, ensino e desporto.

**18. Assinale a alternativa incorreta, na Constituição da República de 1988, a saúde é:**

- a) direito de todos.
- b) dever do Estado.
- c) uma garantia da sociedade brasileira firmada por políticas sociais e econômicas, que visem à redução dos riscos de doenças.
- d) uma forma de acesso individual e diferenciado aos serviços públicos.

**19. Constituem princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil, exceto:**

- a) o pluralismo político.
- b) a independência nacional.
- c) a prevalência dos direitos humanos.
- d) a não-intervenção.

**20. Não possui legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade:**

- a) o Procurador Geral da República.
- b) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- c) a Mesa do Senado Federal.
- d) A confederação sindical ou entidade de classe de âmbito regional.

**21. Considerando o artigo 109, IX, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:**

**Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:**

**IX - os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;**

a) se ocorre um crime de homicídio em embarcação particular finlandesa, que navegava no rio Amazonas, aplica-se a lei finlandesa.

b) se ocorre um crime de furto em barco da marinha mercante brasileira, que faz a rota Santos – Panamá, enquanto a embarcação está em águas internacionais, aplica-se o Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional, e disciplina as questões que envolvem mais de um país.



- c) se ocorre um crime de furto em embarcação argentina atracada no porto de Santos, aplica-se a lei argentina;
- d) se ocorre um crime de furto em barco da marinha mercante brasileira, que faz a rota Santos – Panamá, enquanto a embarcação está em águas internacionais, aplica-se a lei brasileira

**22. A coação moral irresistível é causa de:**

- a) exclusão da antijuridicidade  
b) exclusão da culpabilidade  
c) exclusão da tipicidade  
d) extinção da punibilidade

**23. Entende-se por co-culpabilidade, segundo a moderna doutrina do Direito Penal,**

- a) a reprovabilidade da conduta daquele que contribuiu, em concurso com outrem, para a consumação de um delito.  
b) um fundamento para a atenuação da reprovabilidade de uma conduta criminosa, tendo em vista a influência do meio social sobre o agente do delito.  
c) a atenuação da reprovabilidade de uma conduta criminosa, pelo fato de esta haver sido praticada em resposta a injusta agressão cometida pela vítima.  
d) o nome que se dá ao concurso de agentes, quando ocorrido em crimes culposos.

**24. De acordo com a eficácia da lei penal no tempo, marque a alternativa correta.**

**A Lei 12012/2009 incluiu no Código Penal, o artigo 349-A, que diz:**

**Art. 349-A. Ingressar, promover, intermediar, auxiliar ou facilitar a entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional. (Incluído pela Lei nº 12.012, de 06.08.2009). Pena: detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano. (Incluído pela Lei nº 12.012, de 06.08.2009).**

- a) Se, em 12/06/2008, Dalila ingressa em estabelecimento prisional com celular oculto em suas vestes para seu companheiro Sansão, que ali se encontra recolhido cumprindo pena, Dalila responderá à ação penal pelo crime do artigo 349-A porque agora há norma penal punindo a conduta.  
b) Se, em 12/06/2008, Dalila ingressa em estabelecimento prisional com celular oculto em suas vestes para seu companheiro Sansão, que ali se encontra recolhido cumprindo pena, no momento do fato há um indifferente penal e o fato é atípico porque a lei não retroage;  
c) Se Dalila pratica a conduta de ingressar com telefone celular em estabelecimento prisional em 05/01/2010 e, no curso da Ação penal, entra em vigor lei penal que prevê sanção mais grave para a mesma conduta, o juiz aplicará na sentença a sanção mais grave;

- d) Se Dalila pratica a conduta de ingressar com telefone celular em estabelecimento prisional em 05/01/2010 e, no curso da Ação penal, entra em vigor lei penal que prevê sanção mais grave para a mesma conduta, ocorre abolição criminis.

**25. Assinale a opção errada.**

- a) Segundo entendimento majoritário da doutrina, o crime, de acordo com sua concepção analítica, é um fato típico, ilícito e culpável, constituindo a punibilidade, tão somente, uma consequência de sua prática.  
b) para que se verifique a tipicidade de uma conduta – um dos elementos do fato típico –, basta que ela seja formalmente adequada ao modelo de conduta criminosa previsto na parte especial do Código Penal.  
c) Segundo entendimento majoritário da doutrina, nosso ordenamento jurídico penal não veda a existência de causas de exclusão da culpabilidade, além daquelas já previstas no Código Penal.  
d) Elemento normativo do tipo é aquele cuja verificação depende do exercício de um juízo de valor, por parte do intérprete da lei penal.

**26. Com relação às excludentes de ilicitude, analise as afirmativas abaixo e marque a correta:**

- a) O agente que pratica o fato em legítima defesa responderá pelo excesso doloso, mas não pelo culposos.  
b) Para não haver crime de fato praticado no estrito cumprimento do dever legal é preciso que este – dever – tenha amparo em uma norma jurídica, de ordem penal ou extrapenal, não havendo a discriminante em face de um dever moral.  
c) Pode alegar o estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.  
d) A doutrina e a jurisprudência consideram que, em havendo consentimento do ofendido, não há de se falar em crime quando há uma lesão a um bem jurídico disponível ou indisponível

**27. Analisando o disposto no artigo 121, do Código Penal, e levando em consideração as repercussões da teoria adotada pelo Código Penal quanto ao tempo do crime, assinale a alternativa correta:**

- a) Se Tício, 17 anos, dá um tiro em Mévio, que é internado e vem a falecer meses depois, quando Tício já havia feito aniversário e completado 18 anos, aplica-se o artigo 121, Código Penal, pois a morte ocorreu quando Tício já era maior de idade.  
b) Se o homicídio doloso é praticado no dia do aniversário de 14 anos da vítima, aplica-se a causa de aumento prevista no § 4o do artigo 121.  
c) Se João, dolosamente, atea fogo em Maria, de 59 anos, e ela vem a falecer em decorrência das queimaduras dois dias depois de seu aniversário de 60 anos, aplica-se a causa de aumento prevista no § 4o do artigo 121.  
d) nenhuma alternativa está correta



28. Se diante de um determinado fato delitivo, verificar-se que há dolo na conduta inicial e culpa no resultado final, pode-se dizer que se configurou um crime:

- a) preterdoloso.
- b) doloso puro.
- c) doloso misto.
- d) culposo misto.

29. Quanto às espécies de culpa, assinale a alternativa incorreta:

- a) a culpa consciente, também chamada de culpa com previsão, é sinônimo de dolo eventual.
- b) há culpa inconsciente quando não há no agente o conhecimento efetivo do perigo que sua conduta provoca para o bem jurídico alheio.
- c) no dolo eventual o agente prevê o resultado de sua conduta, mas não se importa se ele vem a ocorrer.
- d) os crimes são em regra, dolosos. Só haverá crime culposo quando o fato for expressamente previsto em lei, na forma culposa.

30. Quanto à extraterritorialidade da lei penal brasileira, assinale a alternativa incorreta:

- a) aplica-se a lei penal brasileira a crime praticado no estrangeiro contra a vida do Presidente da República;
- b) se o agente que pratica, no estrangeiro, crime contra a liberdade do Presidente da República é condenado pela lei daquele país, não pode ser novamente punido pela lei brasileira com base no princípio do non bis in idem;
- c) aplica-se a lei penal brasileira a crime de genocídio, praticado no estrangeiro, quando o agente for brasileiro;
- d) aplica-se a lei penal brasileira a crime praticado no estrangeiro contra o patrimônio de Estado;

31. Em relação aos alimentos, considere as seguintes proposições:

**I - O novo casamento do cônjuge devedor extingue a obrigação de prestar alimentos fixada na sentença de divórcio**

**II - O direito de prestar alimentos é recíproco entre pais e filhos, porém não é extensivo a todos os ascendentes.**

**III - O direito à prestação alimentícia é personalíssimo, imprescritível impenhorável. Está correto o que se afirma APENAS em:**

- a) I e III
- b) II
- c) III
- d) I e II

32. Considerando o domicílio a sede jurídica da pessoa, onde ela se presume presente para efeitos de direito, é correto afirmar que:

- a) os ciganos, andarilhos e caixeiros viajantes, tem que ter obrigatoriamente uma residência habitual.
- b) uma pessoa pode ter mais de um domicílio, mas não pode ter várias residências.
- c) é impossível alguém ter domicílio sem ter residência.
- d) a residência é um elemento do conceito de domicílio, o seu elemento objetivo.

33. A respeito da evicção é correto afirmar que:

- a) a responsabilidade pela evicção não subsiste para o alienante se a coisa alienada estiver deteriorada, havendo ou não dolo do adquirente.
- b) o alienante responde pela evicção em qualquer contrato, mesmo não oneroso.
- c) as partes não podem diminuir, nem excluir a responsabilidade pela evicção.
- d) a garantia da evicção subsiste ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.

34. Assinale a alternativa correta em relação a "PRESCRIÇÃO":

- a) A prescrição é irrenunciável.
- b) Não corre a prescrição pendendo a ação de evicção.
- c) A exceção prescreve em prazo diverso da pretensão.
- d) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo entre as partes.

35. O negócio jurídico concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou, é

- a) inexistente.
- b) nulo.
- c) válido.
- d) anulável.



**GABARITO PROVA A4**

	A	B	C	D			A	B	C	D	
01		■			B	19	■				A
02		■			B	20				■	D
03			■		C	21				■	D
04				■	D	22		■			B
05		■			B	23		■			B
06	■				A	24		■			B
07	■				A	25		■			B
08			■		C	26		■			B
09				■	D	27				■	D
10				■	D	28	■				A
11		■			B	29	■				A
12		■			B	30		■			B
13				■	D	31			■		C
14				■	D	32				■	D
15		■			B	33				■	D
16		■			B	34		■			B
17	■				A	35				■	D
18				■	D						